

In: VOSS, Dulce Mari da Silva; JUNQUEIRA, Sonia Maria da Silva; SOUZA, Nathan Bastos de; KRAKHECKE, Eliada Mayara Alves; SANTOS, Cleidson Ferreira dos; ROSA, Patrik Vaz. (Orgs). **A Pós-Graduação em Ensino e na Educação**: rede colaborativa de produção científica internacional. Porto Alegre: Triálogo, 2025.

Formação Inclusiva: a construção de diretrizes de acessibilidade para eventos acadêmicos

DOI: 10.70513/posgrad-ensino-educ-17

*Drieli Gasso Colman
Franceli Brizolla
Cristiano Corrêa Ferreira
Cristiane Gonçalves Moreira*

*“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.
Paulo Freire (1998, p.108).*

Introdução

O presente artigo é resultado de uma revisão sistemática (Costa; Zoltowski, 2014), desenvolvida no âmbito da componente curricular denominado "Ensino-Aprendizagem para Todos na Perspectiva de Educação Inclusiva" do Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGE) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no semestre de 2024/2. A proposta se constitui da realização da revisão sistemática com a organização de um encontro acadêmico inclusivo, que possibilitou validar na prática as diretrizes de acessibilidade desenvolvidas. Os estudos desenvolvidos na área temática da componente curricular indicada são o objeto deste artigo, o qual se dedica à discussão e reflexão sobre a inclusão e a acessibilidade para pessoas com deficiência (PcD), principalmente, com a quebra de barreiras à aprendizagem e participação. O encontro organizado foi realizado no Campus Bagé da UNIPAMPA em 15 de outubro de 2024, sendo marco dessa experiência ao permitir a aplicação prática das diretrizes criadas. Por meio de uma atividade de ensino, foi desenvolvida uma revisão sistemática que resultou em ação de aplicação prática dos conhecimentos sobre as demandas de acessibilidade e inclusão no ensino superior.

Considerando que, historicamente, houve uma divisão entre as políticas e as práticas no campo da educação regular e da educação especial, sem espaço de interação entre elas, realidade presente em países da Europa e em todo contexto da América enquanto continente (Kassar, 2011), compreende-se que existem muitas barreiras sociais às pessoas com deficiência, seja por desconhecimento ou preconceito, que estão presentes no modelo hegemônico de sociedade em que vivemos; assim, tomou-se como problema de investigação: como garantir a plena participação e desenvolvimento para PcD em um evento acadêmico? Quais são as possíveis barreiras à participação e quais as alternativas para quebrá-las? Para tanto, foi construído um roteiro visando acessibilidade para eventos acadêmicos, que serviu tanto à formação dos mestrandos matriculados na componente, quanto à orientação do processo de organização de eventos na UNIPAMPA, já que a universidade não dispõe de orientações claras e objetivas para a inclusão em eventos, ou seja, conta com apenas orientações gerais.

A partir desta problemática, os objetivos estabelecidos para este trabalho foram: (1) Identificar, avaliar e agrupar as evidências já existentes sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior através da revisão sistemática; (2) Desenvolver, a partir da revisão sistemática realizada, diretrizes para a elaboração de acessibilidade em conformidade com as melhores práticas factuais de acessibilidade; (3) Garantir um ambiente inclusivo e seguro para todos os participantes.

Com os estudos e a experiência realizada, pode-se concluir, a partir da revisão sistemática, da elaboração das diretrizes e do encontro, que há demandas que apenas as pessoas com deficiência poderão manifestar, a partir das singularidades e diferenças; nesse sentido, destaca-se a importância de ações que integrem as dimensões do ensino, pesquisa e extensão, conforme se espera da formação acadêmica universitária, uma vez que os conhecimentos científicos e saberes da experiência devem ser intrinsecamente relacionados; por isso, se reitera a necessidade de criar ações e políticas públicas com as pessoas com deficiência, e não para elas, estimulando, apoiando e referenciando experiências tendo como referência o “lugar de fala” (Ribeiro, 2017).

Etapas da experiência

Neste tópico, serão detalhadas as etapas que orientaram a construção das diretrizes de acessibilidade para eventos acadêmicos, fruto de uma experiência prática e reflexiva realizada no âmbito do Mestrado Acadêmico em Ensino da UNIPAMPA. Cada etapa será apresentada de forma sequencial, descrevendo desde a fundamentação teórica inicial, com

a revisão sistemática de literatura, até as ações práticas de roteirização e validação das diretrizes em um evento experimental. Esses momentos não só ilustram o processo metodológico adotado, mas evidenciam a interação entre teoria e prática na busca por espaços acadêmicos verdadeiramente inclusivos e acessíveis.

Revisão sistemática de literatura sobre inclusão

Para fundamentar a criação das nossas diretrizes de forma precisa, realizamos uma Revisão Sistemática de Literatura onde “A revisão sistemática é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada” (Costa; Zoltowski, 2014, p. 56) para que tivéssemos entendimento sobre as demandas de estudantes com deficiência no ensino superior e suas experiências universitárias, sem correremos o risco de ignorar trabalhos com perspectivas contrárias aos interesses da produção do guia, como também comentam (Costa; Zoltowski, 2014).

As bases de dados escolhidas para a revisão foram a SciELO – *Scientific Electronic Library Online* e Google Acadêmico, que foram escolhidas pela sua relevância no contexto da pesquisa acadêmica. A SciELO é reconhecida no Brasil e na América Latina, com filtros que permitem refinar os resultados. Já o Google Acadêmico foi selecionado por reunir uma gama diversificada de produções acadêmicas. Essas bases, unindo suas especificidades auxiliam nas pesquisas e na abordagem abrangente necessária para uma revisão sistemática.

Para realizar as pesquisas foram utilizadas as seguintes *strings* de busca em nas plataformas foi: “Acessibilidade” OR “Inclusão” AND “Barreiras” AND “Universidade” AND “Ensino superior” Os critérios de inclusão das pesquisas foram: Trabalhos que abordam a inclusão, acessibilidade e barreiras no ensino superior; Documentos que não se limitam às especificidades da região que foi realizado; Trabalhos em idioma português; Publicações entre os anos de 2020 e 2024; Documentos que tem acesso livre ao público geral; Já os critérios de exclusão: Trabalhos que não abordem inclusão, acessibilidade e barreiras no ensino superior; Documentos que se limitam a analisar apenas o contexto a região que foi elaborado; Trabalhos publicados em idiomas diferentes do português; Publicações fora do período de 2020 a 2024; Documentos que não tem acesso aberto.

Na scielo foram encontrados 260 resultados utilizando apenas a *string* “Acessibilidade” OR “Inclusão” AND “Barreiras” AND “Universidade” AND “Ensino superior”. No google acadêmico foram aproximadamente 15.000 resultados com a *string*

de busca. Abaixo, estão os resultados selecionados de cada base após o refinamento pelos critérios de inclusão e exclusão.

Quadro 1 - Dados da Revisão Sistemática

Questão de Pesquisa: Quais são as demandas e experiências de estudantes com deficiência no ensino superior?			
Plataformas	Título	Tipo	Autor e Ano
Scielo	Serviços para estudantes com deficiência nas universidades: dificuldades e desafios	Artigo	Maria Helena Venâncio Martins; Francisco R. L. Vieira De Melo; Cátia Martins (2021)
Scielo	Nada sobre nós sem corpo comum”: outro paradigma para inclusão no ensino superior?	Artigo	Pedro Angelo Pagni (2024)
Google Acadêmico	Barreiras e Facilitadores na Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação Superior: O Ponto de Vista dos Estudantes	Capítulo de Livro	Andrea Soares Wu; Bruna Tamara Suzane Paganelli (2022)
Google Acadêmico	A garantia de direitos de alunos com deficiência no ensino superior: acessibilidade que rompe barreiras	Capítulo de Livro	Roberta Pires Sales Guedes Ferreira (2023)
Google Acadêmico	Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes	Artigo	Francisca Geny Lustosa; Disneylândia Maria Ribeiro (2020)

Fonte: Os autores.

A análise dos trabalhos focou nos resultados e relevância dos estudos para inclusão e acessibilidade. De forma geral, a análise dos dados coletados na revisão válida a necessidade dos guias e diretrizes de acessibilidade como instrumentos para promover inclusão no espaço universitário e em eventos realizados nestes espaços.

O primeiro trabalho do Quadro 1 intitula-se “Serviços para Estudantes com Deficiência nas Universidades: Dificuldades e Desafios”, foi desenvolvido em universidades públicas do Brasil e Portugal e apresenta dados sobre os desafios enfrentados pelos Serviços de Apoio a Estudantes com Deficiência (DSOs). Referente às práticas de inclusão e acessibilidade, o estudo traz sua análise sobre as iniciativas importantes promovidas pelos serviços de apoio. No Brasil, as ações como

monitoramento acadêmico, tutoria e voluntariado, uso de tecnologias assistivas, e assessoria pedagógica para professores e gestores com o objetivo de oferecer suporte aos estudantes se destacam na criação de um ensino superior inclusivo. O estudo também identifica algumas barreiras que afetam a implementação e o funcionamento eficaz de serviços que seriam utilizados para a inclusão. Entre elas, está a falta de recursos financeiros, a falta de equipes de profissionais especializados, acessibilidade física e apoio dos professores, onde muitos não têm formação sobre inclusão e acessibilidade, o que prejudica a eficácia das ações. Ao destacar as práticas já existentes, como tutoria, assessoria pedagógica e implementação de tecnologia assistiva, o estudo indica ações que auxiliam a garantir a inclusão efetiva. As barreiras apresentadas, como falta de recursos, pessoal especializado e problemas de acessibilidade, fornecem uma análise realista que pode fundamentar as futuras estratégias. Além disso, o estudo reforça a importância de políticas baseadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que possam responder às necessidades diversas dos estudantes com deficiência. Dessa forma, o artigo dispõe contribuições para a compreensão das práticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior e também das barreiras existentes. Ele contribui para a questão de pesquisa ao identificar os desafios enfrentados e propor soluções que podem ser utilizadas no guia, como as tecnologias assistivas e equipe profissional na área de inclusão.

O segundo artigo do Quadro 1, denomina-se de “Nada Sobre Nós Sem Corpo Comum: Outro Paradigma para Inclusão no Ensino Superior?” traz os temas centrais da pesquisa a partir de uma perspectiva crítica e filosófica, com foco na constituição do que o autor nomeia de “corpo comum”, formado a partir das diferenças e semelhanças nos espaços acadêmicos. No que se refere às práticas de inclusão e acessibilidade, o trabalho destaca a necessidade de uma mudança de paradigma em relação aos mecanismos tradicionais de inclusão. O autor propõe que para além da valorização da acessibilidade física e tecnologia, sejam também consideradas as trocas de experiências entre os “corpos diversos” que habitam o espaço acadêmico, como os de pessoas com deficiência, negros, LGBTQIA+ e outros grupos minorizados. Além disso, o autor também traz a ideia de que as pessoas com deficiência devem compartilhar as estratégias que precisaram desenvolver ao longo dos anos para transitar em espaços não adaptados, assim como as suas formas alternativas de aprendizagem, e que esses saberes compartilhados sejam valorizados e considerados saberes legítimos. O estudo também se refere às barreiras atitudinais, sociais e simbólicas no ensino superior como formas de perpetuar a exclusão e invisibilizar as aptidões das pessoas com deficiência. Essas barreiras se reforçam através de práticas acadêmicas que priorizam uma cultura eurocentrada e utilitarista, dificultando a

circulação dos saberes e experiências desses grupos. A presença de corpos considerados "desviantes" se impõe a normatividade acadêmica, e exige mudanças drásticas nas instituições, que muitas vezes se mantêm resistentes. O artigo é de grande valia para a revisão e para a formulação das diretrizes para a acessibilidade em eventos ao propor uma visão crítica sobre os modelos tradicionais de inclusão quando a proposta do “corpo comum” sugere um espaço de convivência no qual as diferenças sejam valorizadas e que as políticas universitárias de inclusão sejam feitas com as pessoas deficientes e não apenas para elas.

O terceiro material analisado foi “Barreiras e Facilitadores na Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação Superior: O Ponto de Vista dos Estudantes” destaca a importância de políticas institucionais bem estruturadas para serem efetivas. A pesquisa realizada em uma instituição pública na cidade de Blumenau-SC traz entrevistas com dois estudantes com deficiência para destacar os facilitadores e barreiras existentes no ensino superior. Entre os fatores facilitadores, a atuação dos núcleos de acessibilidade foi mencionada como uma prática importante, como monitores, materiais adaptados e apoio na mobilidade dentro do campus. O trabalho também traz os fatores que dificultam a acessibilidade, como as barreiras arquitetônicas com calçadas irregulares, a falta de rampas e elevadores adequados, móveis e sinalização que não atendem às necessidades dos estudantes. Um dos entrevistados relata grande dificuldade de locomoção com andador devido às inadequações e má conservação do piso da universidade. Outra barreira apresentada é a falta de adaptação de materiais pedagógicos, como livros com letras pequenas e a ausência de tecnologias assistivas adequadas, como recursos de ampliação de texto. Há também menção às barreiras atitudinais através do preconceito, falta de compreensão dos docentes e funcionários sobre as demandas dos estudantes com deficiência e o isolamento social que resulta dessas barreiras. Este estudo também traz o relato de um dos entrevistados sobre a exclusão para além da deficiência, já que ademais das barreiras físicas, também lida com as questões de preconceito relacionados ao seu gênero e idade, ressaltando assim a importância de não resumir a pessoa com deficiência a ser somente isso, ignorando sua identidade enquanto pessoa. Os resultados do estudo reforçam que a inclusão está além de fornecer o acesso, mas também se refere a mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais, a pesquisa destaca também a importância de considerar as vozes dos próprios estudantes no processo de elaboração e implementação de políticas inclusivas, reforçando assim o compromisso com uma educação superior mais democrática e equitativa.

Já o trabalho intitulado “A Garantia de Direitos de Alunos com Deficiência no Ensino Superior: Acessibilidade que Rompe Barreiras” traz uma análise atualizada sobre as questões de inclusão, acessibilidade e barreiras apresentando os desafios diários de estudantes com deficiência no ensino superior e as estratégias necessárias para desenvolver um ambiente mais acessível. As barreiras apresentadas se referem às arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais e como resolução destas, traz exemplos práticos, como a adequação da infraestrutura física (rampas, elevadores, banheiros acessíveis), a adaptação dos currículos e metodologias (recursos como livros em braile, materiais em áudio e tecnologias assistivas) e a capacitação de professores e equipes de apoio para lidar com as diversidades. O trabalho apresenta práticas possíveis de serem implementadas em diversas universidades e também no guia de eventos, reforçando que a acessibilidade não deve ser vista como um favor, mas como um direito garantido por legalmente, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

O último trabalho do Quadro 1 analisado denomina-se de “Inclusão de Estudantes com Deficiência no Ensino Superior: Exigências de Reconfiguração de Saberes, Concepções e Práticas Docentes” foi realizada em três instituições públicas (Universidade Federal do Ceará/UFC, Universidade Estadual do Ceará/UECE e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN) onde entrevistou os estudantes com deficiência dessas instituições e a partir dessas entrevistas destaca a importância de pensar políticas institucionais para a inclusão de estudantes com deficiência, além da necessidade de superar barreiras arquitetônicas, atitudinais, metodológicas e comunicacionais, trazendo como exemplo algumas ações bem-sucedidas, como a criação de programas de acessibilidade e serviços de apoio, intérpretes de Libras, materiais adaptados e pequenas adaptações como a troca de salas para andares acessíveis, uso de legendas em vídeos e ajustes metodológicos. O estudo também traz barreiras persistentes, no que diz respeito à infraestrutura inadequada, que inclui a falta de rampas, elevadores funcionais e sinalização tátil. Depoimentos de estudantes revelam que a ausência de acessibilidade arquitetônica prejudica diretamente a permanência e participação no ensino superior. Além disso, as barreiras atitudinais também são apontadas como presentes na falta de sensibilidade e preparo de alguns docentes e gestores, o que contribui para uma exclusão "camuflada" ou pseudoinclusão, como aponta o autor. A falta de recursos pedagógicos acessíveis, como materiais em Braille ou audiodescrição, e a ausência de tecnologias assistivas também são apontados. O estudo propõe uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas de inclusão no ensino superior esclarecendo que apesar dos avanços, ainda há

um longo caminho a ser percorrido para a construção de ambientes universitários inclusivos reforçando a importância de políticas institucionais para inclusão, sugere a criação de uma cultura universitária inclusiva que envolva toda a comunidade acadêmica.

A análise de trabalhos foi fundamental para entendermos as demandas e barreiras de pessoas com deficiência já que as organizadoras das diretrizes de acessibilidade não são pessoas com deficiência. A união entre os resultados que de estudos sobre as demandas a partir da análise de leis e documentos, e dos que estudos com as pessoas com deficiências entendendo suas demandas a partir de seus relatos e não apenas com leituras bibliográficas possibilita que entendamos as vivências destas pessoas para além da parte teórica, mas também como seres humanos que são um conjunto de experiências além de suas deficiências (Wuo; Paganelli 2022) e (Pagni, 2024). É a partir deste ponto de vista que entendemos as dificuldades de acesso e barreiras (LEI 13.146/2015) e visamos na criação do das diretrizes uma forma de lidar com estas para que os espaços de eventos acadêmicos sejam cada vez mais acessíveis e igualitários. E é com esta ideia que após a criação do roteiro de visita nos espaços comumente utilizados em eventos na UNIPAMPA, realizamos a visita guiada com pessoas com deficiência para que pudéssemos pôr em prática os resultados dos estudos e tendo a avaliação de pessoas para as quais as diretrizes foram desenvolvidas.

Barreiras que devem ser acessíveis em eventos inclusivos

A criação de diretrizes de acessibilidade para eventos acadêmicos se dá pela necessidade de enfrentar as barreiras sociais, sendo estas barreiras, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015),

(...) qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Lei 13.146/2015).

As barreiras podem impedir ou limitar a participação plena e autônoma de pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais, por esse motivo, é fundamental denominá-las, com suas tipologias, conforme segue:

(a) barreiras arquitetônicas: as relativas aos obstáculos no ambiente físico que dificultam o acesso e mobilidade nos locais, como portas e corredores estreitos, falta de rampas ou elevadores.

(b) barreiras atitudinais: as que se referem a comportamentos discriminatórios, preconceituosos e comunicacionais, que podem ser exemplificados com a falta de acessibilidade de forma oral, escrita, visual ou tátil, como a falta de intérpretes de Libras em um evento, que limita a participação de surdos, a não descrição verbal do espaço e dos palestrantes que prejudica a participação/entendimento do cenário para pessoas cegas;

(c) barreiras metodológicas: as que estão ligadas a práticas, critérios e metodologias que desconsideram as necessidades de pessoas com deficiência. Como uma programação extensa, não detalhada e sem intervalos efetivos pode ser exaustiva para pessoas com deficiência física, pois a falta de intervalos ou intervalos curtos não irão permitir que ela se desloque de forma tranquila. Também afeta pessoas com transtorno de ansiedade ou autistas, já que a falta de um cronograma de atividades preciso pode causar desconforto emocional e sobrecarga;

(d) barreiras instrumentais: as que se referem a ausência ou inadequação de dispositivos ou tecnologias assistivas, como por exemplo, a inscrição online do evento não ser em uma plataforma que permita leitura de tela através de *softwares* ou não ser disponibilizado a programação do evento em áudio ou em braile;

(e) barreiras programáticas: são as que decorrem de políticas públicas, programas ou regulamentos que não consideram ou excluem as necessidades específicas de pessoas com deficiência, por exemplo, a organização do evento não se precaver para as demandas do público inscrito, como questões de espaço adaptado, disponibilização de intérpretes de Libras e material em áudio ou braile, e falta de espaço durante a inscrição no evento para que os participantes informem suas necessidades específicas.

Essas barreiras podem ser adaptadas e/ou resolvidas com antecedência durante o período de inscrição do evento, onde os organizadores podem mapear o público que estará presente, como será exposto na metodologia deste trabalho.

Mesmo com a inclusão ganhando espaço na educação, um estudo da UNESCO intitulado “Reconstruir a educação, não as barreiras: análises comparativas de políticas educacionais para a América Latina” (2022), do projeto Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina (SITEAL), nos revela que “As informações disponíveis indicam que, na América Latina, existe uma disparidade significativa no acesso a uma educação de qualidade para crianças e adolescentes com deficiência” (Meresman, Brizuela, 2022, p. 8); isso ocorre por meio da naturalização e passividade perante a situações de segregação e exclusão no espaços de ensino e sociais. A partir destas informações é imprescindível e necessário que seja mais discutido sobre a importância de um guia de acessibilidade para eventos acadêmicos.

Planejamento e aplicação de evento acessível: princípios orientadores

A elaboração das diretrizes de acessibilidade se deu no contexto da componente eletiva "Ensino-Aprendizagem para Todos na Perspectiva de Educação Inclusiva", no Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no semestre de 2024/2. Metodologicamente, com base nas análises anteriores foi elaborado o processo de desenvolvimento e produção das diretrizes que seguiu as seguintes etapas:

1ª. definição do contexto para a elaboração de diretrizes que fosse prático e abrangente, bem como, que orientasse os membros de comissões responsáveis pela organização de futuros eventos na criação de espaços acessíveis no campus da Unipampa, mas que também possa ser utilizado por outras instituições.

2ª. revisão sistemática da literatura: para elaborar as diretrizes de acessibilidade, houve o processo de estudo e apropriação sobre acessibilidade e inclusão. Esse processo se deu através de vídeos de pessoas com deficiência que falavam sobre suas realidades e dificuldades na sociedade, partindo para leituras guiadas sobre as leis de inclusão no Brasil, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), para que houvesse o entendimento de como é o que é a inclusão no Brasil e quais são as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Também foram lidos guias de acessibilidade disponíveis na internet, como o guia Organização de Eventos e Acessibilidade na Universidade Federal de Santa Maria (Christmann, *et al.* 2019) para que houvesse uma orientação do conteúdo base do das diretrizes, além das dinâmicas particulares que viriam a partir da criação destas diretrizes considerando a Unipampa como espaço de ensino superior.

3ª. roteirização de encontro acadêmico acessível (ação de extensão): para conhecer e compreender as possíveis demandas do público de um evento na Unipampa, foi elaborado um roteiro de visitação considerando os espaços que costumam ser utilizados pela instituição. Este roteiro serviu para diagnosticar as possíveis necessidades que as pessoas com deficiências poderiam ter ao participar do evento. O roteiro seguiu a seguinte organização para identificar as demandas:

(a) acesso aos locais utilizados no evento: entrada principal, rampas de acesso, corredores, acesso aos outros andares, banheiros, auditório, estacionamento com vagas reservadas e sinalização dos espaços utilizados no evento desde a entrada principal. Para orientar na localização, podem ser utilizadas placas com o nome, flechas indicando as direções e QR Codes. Posicionados de forma estratégica próximos às entradas, devem

estar os guichês de inscrição com equipe para auxiliar na inscrição presencial e deslocamento, se necessário;

(b) cronograma do evento: o evento deve disponibilizar o cronograma das atividades com antecedência pelo contato que o participante disponibilizar na inscrição, para que estes possam se organizar;

(c) delimitação de espaços comuns durante o evento: reserva de assentos nas primeiras fileiras do auditório para cadeirantes e pessoas com deficiência com mobilidade reduzida; para participantes com baixa visão; e para surdos, para que não afete o trabalho da intérprete de Libras;

(d) alimentação: caso haja intervalo para café, o espaço deve ser organizado com atenção para atender todos os participantes. Deve ser observado se o espaço escolhido para este momento tem capacidade de receber os participantes sem prejudicar a mobilidade, com os mesmos critérios utilizados no espaço acadêmico do evento, ou seja, se há espaço para circulação com cadeira de rodas, em função da aglomeração que este momento ocasiona. O intervalo do café também deve ser apresentado no cronograma do evento;

(e) inscrição no evento: a inscrição deve ser minuciosa, feita previamente e utilizando um sistema que permita a leitura de telas para que pessoas cegas tenham autonomia na inscrição, como exemplo, o *Google Forms*. Além de dados gerais de identificação e contato, é na inscrição que os participantes devem ter espaço guiado com perguntas específicas para informar se tem deficiências e se precisam de intérprete ou acompanhante. Se há momentos de confraternização com alimentos previstos no evento, também é na inscrição que os participantes devem informar se têm restrições alimentares.

4ª. validação do roteiro acessível (evento acadêmico experimental): após a finalização das diretrizes, foi realizada uma visita com convidados com deficiência, sendo as deficiências surdez, deficiência locomotora e autismo. Essa abordagem possibilitou avaliar e validar essa criação através da experiência e considerações dos convidados. Esta etapa teve sua importância dado ao fato de os integrantes da turma e organizadores destas diretrizes não serem pessoas com deficiências.

Considerações Finais

As atividades desenvolvidas no âmbito da disciplina "Ensino-Aprendizagem para Todos na Perspectiva de Educação Inclusiva", do Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa, destacam a importância da integração entre teoria e

prática na formação acadêmica voltada à inclusão, onde desenvolvimento das diretrizes de acessibilidade demonstrou como a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula podem contribuir para a superação de barreiras criando ambientes acadêmicos mais acessíveis e inclusivos. A criação destas diretrizes não só enriqueceu a formação das mestrandas ao aproximá-las das demandas reais da inclusão, mas também reforçou a relevância de um olhar sensível e fundamentado sobre os desafios enfrentados por pessoas com deficiência no ensino superior.

A revisão sistemática realizada além de orientar a elaboração de diretrizes, está diretamente vinculada ao compromisso de produzir conhecimento que responda a demandas reais, como a inclusão no ensino superior e consequentemente em eventos universitários. Apesar do número limitado de estudos encontrados alinhados ao tema, os resultados encontrados foram suficientes para embasar a elaboração das diretrizes, garantindo a concordância com as legislações e normativas de acessibilidade. Os dados encontrados trouxeram contribuições importantes para o desenvolvimento das diretrizes, como práticas acessíveis aplicadas em diferentes contextos e os desafios encontrados na implementação de soluções voltadas para pessoas com deficiência.

O roteiro elaborado e posto em prática no contexto da UNIPAMPA pode ser aplicado em outras instituições de ensino superior ou não, por trazer em seu conteúdo a inclusão e acessibilidade de forma geral possibilitando que o organizador do evento sob posse destas diretrizes consiga visualizar e adaptar de forma inclusiva os espaços físicos e sociais, e ter a participação efetiva dos integrantes do evento e da universidade, se tornando uma ferramenta importante não apenas para a Unipampa, mas para outras instituições que busquem promover a participação plena de todas as pessoas.

Esse trabalho destaca, ainda, a necessidade de transformar o conhecimento acadêmico em ações concretas que promovam a equidade, especialmente em um país onde a inclusão ainda enfrenta entraves históricos e culturais.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneepei>. Acesso em: 18 dez. 2024.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In*: KOLLER, S. H.; DE PAULA COUTO, M. C.; HOHENDORFF, J. (orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

CHRISTMANN, M.; QUEIROZ, L. F. de; PAVÃO, S. M. de O. **Organização de eventos e acessibilidade na Universidade Federal de Santa Maria** [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: Editora Experimental pE.com, 2019. ISBN 978-85-92618-04-9. Disponível em: www.ufsm.br/pecom. Acesso em: 12 dez. 2024.

FERREIRA, R. P. S. G. A garantia de direitos de alunos com deficiência no ensino superior: acessibilidade que rompe barreiras. **Epitaya E-Books**, v. 1, n. 55, p. 99-110, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 41, p. 61-79, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/?lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2024.

LUSTOSA, F. G.; RIBEIRO, D. M. Inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp2, p. 1523-1537, 2020.

MERESMAN, S.; BRIZUELA, C. **Reconstruir a educação, não as barreiras**: análises comparativas de políticas educacionais para a América Latina. Buenos Aires: Escritório para a América Latina do Instituto Internacional de Planejamento Educacional da UNESCO, 2022. Disponível em: <https://www.buenosaires.iiep.unesco.org/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

MARTINS, M. H. V.; MELO, F. R. L. V. de; MARTINS, C. Serviços para estudantes com deficiência nas universidades: dificuldades e desafios. **Educação em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/RgVpF6Sy5Gbhd5DM5WRb3QN/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2024.

PAGNI, P. A. Nada sobre nós sem corpo comum: outro paradigma para inclusão no ensino superior? **Educação em Revista**, v. 40, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5wr8vvhcVzrzG3XLCyqBV4C/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2024.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5wr8vvhcVzrzG3XLCyqBV4C/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2024.

WUO, A. S.; PAGANELLI, B. T. S. Barreiras e facilitadores na inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: o ponto de vista dos estudantes. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, n. 177, p. 1-18, 2022.